



**CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO – CRSNSP**

237ª Sessão

Recurso nº 7083

Processo Susep nº 15414.300006/2012-31



RECORRENTE: FEDERAL DE SEGUROS S/A – EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

RECORRIDA: SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. Denúncia. Descumprimento contratual. Atraso no pagamento da indenização de seguro de vida. Recurso conhecido e desprovido.

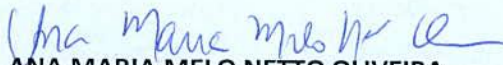
PENALIDADE ORIGINAL: Multa no valor de R\$ 34.000,00.

BASE NORMATIVA: Art. 88 do Decreto-Lei nº 73/66 c/c § 1º do art. 72 da Circular Susep nº 302/2005.

ACÓRDÃO/CRSNSP Nº 6114/17. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, negar provimento ao recurso da Federal de Seguros S/A – Em Liquidação Extrajudicial.

Participaram do julgamento os Conselheiros Ana Maria Melo Netto Oliveira, Thompson da Gama Moret Santos, Washington Luis Bezerra da Silva, André Leal Faoro e Dorival Alves de Sousa. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Paulo Antonio Costa de Almeida Penido. Presentes o Senhor Representante da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Dr. José Eduardo de Araújo Duarte, e a Secretária Executiva Adjunta, Senhora Theresa Christina Cunha Martins.

Sala das Sessões (RJ), 26 de janeiro de 2017.


ANA MARIA MELO NETTO OLIVEIRA
Presidente


ANDRÉ LEAL FAORO
Relator

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO.



Processo SUSEP nº 15414.300006/2012-31
Recurso ao CRSNSP nº 7083
Recorrente: Federal de Seguros S/A
Conselheiro Relator: André Leal Faoro

V O T O

A seguradora levou um ano e três meses para efetuar o pagamento do seguro e, mesmo assim, pagou valor menor do que o devido.

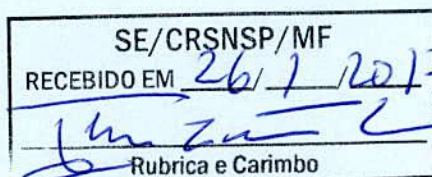
Não há dúvida sobre o cometimento da infração.

O art. 150 da Resolução CNSP nº 243/11 estabelece que os processos administrativos abertos antes da instauração do regime de direção fiscal, intervenção ou liquidação extrajudicial devem prosseguir normalmente, suspendendo-se apenas a exequibilidade.

Assim, nego provimento ao recurso, mantida a condenação imposta na decisão de primeira instância, suspendendo-se, entretanto, a exequibilidade.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2017.


André Leal Faoro
Conselheiro Relator



205
H

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO.

Processo SUSEP nº 15414.300006/2012-31
Recurso ao CRSNSP nº 7083
Recorrente: Federal de Seguros S/A
Conselheiro Relator: André Leal Faoro

RELATÓRIO

Em 01 de julho de 2011, Maria Fabiana Regis Dias Carvalho comunicou à Federal o óbito de sua mãe, ocorrido em 04 de janeiro de 2011.

Como até 11 de novembro de 2011, a seguradora não havia feito o pagamento, ela recorreu à SUSEP, tendo sido aberto o presente processo.

Em sua primeira defesa, a seguradora nada alegou, limitando-se a juntar documentação. Posteriormente, tendo sido novamente intimada, informou que havia pago o seguro em 19 de setembro de 2012.

Submetido o processo à Divisão de Cálculos, esta informou que a quantia paga fora menor do que deveria ter sido.

Com base em pareceres das áreas técnica e jurídica, o Coordenador da Coordenação-Geral de Julgamentos julgou procedente a denúncia, condenando a seguradora na penalidade prevista na alínea "g" do inciso IV do art. 5º da Resolução CNSP nº 60/2001, com agravante e aumentada ao dobro em razão de reincidências.

Pela petição de fls. 189/190, autuada como recurso, a liquidante da Federal invoca a situação de liquidação extrajudicial e pede seja a reforma da decisão condenatória.

A Representação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em parecer de fls. 199/201, opinou pelo conhecimento, mas pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2016

André Leal Faoro
Conselheiro Relator

